**COMPORTAMENTO DO EMPREGO FORMAL DE MULHERES MIGRANTES NA REGIÃO CENTRO-OESTE BRASILEIRA**

JOYCE MARTINS RODRIGUES

LUCIANA VIRGINIA MARIO BERNARDO

**RESUMO:** no presente estudo objetiva-se analisar o emprego formal ocupado por mulheres migrantes internacionais residentes em Mato Grosso do Sul. As mulheres e homens saem de seus países natais onde não haviam muitas expectativas e migram em troca de oportunidades e melhores condições para eles(as) e suas famílias. Justifica-se esta abordagem, tendo em vista a importância do trabalho para o ser humano, tanto da perspectiva psicológica, quanto as questões econômicas. Foram utilizados dados secundários disponibilizados pelo Ministério do Trabalho, via Relação Anual de informações Sociais. Utilizou-se estatística descritiva para o tratamento dos dados. Os resultados que foram obtidos mostram diferenças nas características do emprego formal no estado. Com isso observa-se que as regiões mais populosas concentram o emprego formal ocupado por mulheres brasileiras ou migrantes internacionais.

**Palavras-Chave**: Rotatividade; Mulheres estrangeiras; Renda.

**BEHAVIOR OF FORMAL EMPLOYMENT OF MIGRANT WOMEN IN THE CENTRAL-WEST BRAZILIAN REGION**

**ABSTRACT**: the present study aims to analyze the formal employment held by international migrant women residing in Mato Grosso do Sul. Women and men leave their home countries where there were not many expectations and migrate in exchange for opportunities and better conditions for themselves and their families. This approach is justified, considering the importance of work for human beings, both from a psychological perspective and economic issues. Secondary data provided by the Ministry of Labor, via the Annual Report of Social Information, were used. Descriptive statistics were used for data processing. The results that were obtained show differences in the characteristics of formal employment in the state. With this, it is observed that the most populous regions concentrate formal employment occupied by Brazilian women or international migrants

.**Key words**: Turnover; Foreign women; Income.

**1 INTRODUÇÃO**

A migração internacional, com destino para o Brasil, tem apresentado características distintas daquelas que ocorreram no final do século XIX, com predominância de pessoas com origem nos países europeus (CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2020). Atualmente, as migrações estão associadas a região Sul Global, ou seja, países subdesenvolvidos, ex-colônias e aqueles com industrialização tardia (ROSA, 2014). Como exemplo, pode ser observado o deslocamento de pessoas para o Brasil vindos do Haiti, Venezuela, Angola, Senegal, entre outros. Esta diferença está associada à crise econômica iniciada em 2007, que abrangeu países como Estados Unidos, Europa e Japão (CAVALCANTI et al. 2015). O crescimento do desenvolvimento econômico e social do Brasil, nos últimos anos (SVAMPA, 2015). E a imagem de potência emergente do país, participante dos BRICS – agrupamento econômico dos países, Brasil, Rússia, Índia e China - e a organização de eventos mundiais como Olimpíada e Copa do Mundo (CAVALCANTI, 2016).

Cabe considerar que os fluxos migratórios estão relacionados a expectativa do migrante em encontrar melhores oportunidades econômicas que garantam para si e seus familiares, uma melhor qualidade de vida (HERÉDIA, 2010; GAMA; MACHADO, 2014). Desta maneira, as diferenças socioeconômicas identificadas entre o local de origem e destino pode influenciar o processo de decisão das pessoas que estão dispostas a realizar a migração, independentemente se esta mudança está associada a uma cidade, região ou país (SANTIN, 2008). Desta forma, os motivos citados anteriormente, que indicam que o Brasil melhorou suas questões socioeconômicas, podem auxiliar os migrantes a identificar o país, como um local que pode oportunizar melhorias na qualidade de vida.

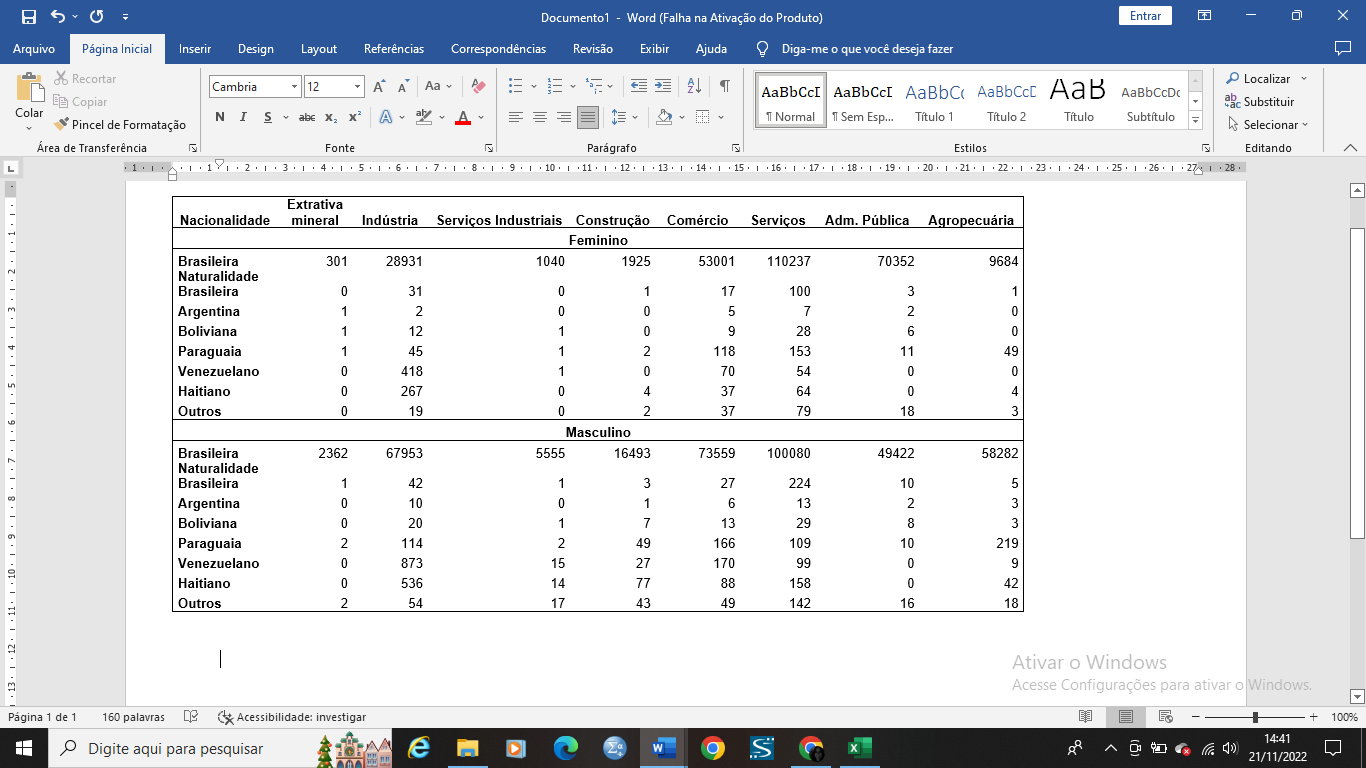
As melhorias na qualidade de vida, estão associadas ao acesso ao mercado de trabalho, tendo em vista que este pode ser uma forma das pessoas terem acesso a renda. Desde a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, o mercado de trabalho no Brasil passou a ser regulamentado. Contudo, o mercado de trabalho brasileiro enfrenta problemas como à segregação. Os postos de trabalho ocupados principalmente por mulheres, referem-se a funções consideradas atributos naturais destas pessoas, tal situação ainda é utilizada como justificativa para o pagamento de salários menores, às trabalhadoras (TEIXEIRA, 2017). Este problema no mercado de trabalho vem se mantendo como uma barreira a trajetórias das profissionais. A estrutura do mercado de trabalho pouco se modificou ao longo dos anos, de forma a impactar também o emprego formal. A qual, mesmo esta forma de emprego, sendo regida por regras trabalhistas aplicadas a ambos os sexos, pode ser identificado atividades laborais ocupadas, preferencialmente por um determinado sexo em específico, indicando a existência de segregação (COTRIM et al., 2020).

Mediante o contexto apresentado, observa-se que o objetivo do estudo é analisar o emprego formal ocupado por mulheres migrantes internacionais residentes em Mato Grosso do Sul. Justifica-se este estudo, considerando que no início da década, a imigração era basicamente masculinizada, podendo ser caracterizada, pela chegada de até 70% de homens e de 30% para mulheres, no Brasil, ao qual, havia uma reduzida presença de mulheres não nativas, no mercado de trabalho formal brasileiro. Denota-se que este perfil tem apresentado mudanças significativas, se observado o contexto nacional (TONHATI; MACEDO, 2020). A análise que se pretende realizar remete-se às especificações referentes ao Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista sua característica fronteiriça. A localização geográfica do Estado favorece o processo migratório internacional, tendo em vista, suas fronteiras com os países Paraguai e Bolívia.

**2. Metodologia**

A abordagem utilizada neste estudo é caracterizada como uso de método dedutivo. Para isso, foi abordado o número de empregos formais, por sexo e setores do IBGE existentes em Mato Grosso do Sul, em 2020. Posteriormente foram identificadas características do emprego formal relacionadas ao sexo feminino de brasileiras e não brasileiras, para a mesma localidade e ano. A distribuição geográfica abordou as microrregiões do estado: Baixo Pantanal, Aquidauana, Alto Taquari, Campo Grande, Cassilândia, Paranaíba, Três Lagoas, Nova Andradina, Bodoquena, Dourados e Iguatemi.

Os dados coletados referem-se ao ano de 2020, sendo este o mais atual disponibilizado na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS - Ministério do Trabalho. Utilizou-se estatística descritiva para o tratamento dos dados coletados. Abordou-se características relacionadas ao quantitativo de mulheres brasileiras e não brasileiras atuantes no mercado de trabalho formal, i - por horas de trabalho semanal, ii - escolaridade, iii - faixa etária e iv - faixa de remuneração média. No Quadro 1, tem-se o número de empregos formais registrados em 2020, no estado de Mato Grosso do Sul, por setor.

**Quadro 1**: Empregos formais existentes em 2020, em Mato Grosso do Sul.

**Fonte:** Elaborado a partir dos dados da RAIS (2020).

**3 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Inicialmente foi abordado o percentual de empregos formais, registrados em 2020, conforme os Setores do IBGE e o sexo do trabalhador (Tabela 1). Com exceção aos setores Serviços e Administração Pública, pode-se notar que o percentual de vagas ocupadas pelos trabalhadores do sexo masculino é maior, se comparado ao percentual ocupado pelo sexo feminino no estado. A diferença em número de vezes a mais de empregos formais ocupados pelo sexo masculino, é diferente para cada setor. Pode-se organizar em ordem decrescente os setores, conforme as diferenças identificadas: Construção Civil, Extrativa Mineral, Agropecuária entre outros, Serviços industriais, Industria de Transformação e Comércios. Com esta característica pode-se identificar que, mesmo os setores em que há mais mulheres ocupando as vagas do emprego formal, Serviços e Administração Pública, a diferença nos percentuais é menor que os setores em que há predomínio do sexo masculino.

**Tabela 1**: Percentual de empregos formais em 2020, no estado de Mato Grosso do Sul, distribuídos por setores do IBGE e sexo

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Setores IBGE** | **%** | | | **Diferença em número de vezes** |
| **Masculino** | | **Feminino** |
| Extrativa mineral | 88,6 | 11,4 | | 7,8 |
| Indústria de transformação | 70,1 | 29,9 | | 2,3 |
| Serviços industriais de utilidade pública | 84,3 | 15,7 | | 5,4 |
| Construção Civil | 89,6 | 10,4 | | 8,6 |
| Comércio | 58,2 | 41,8 | | 1,4 |
| Serviços | 47,7 | 52,3 | | 0,9 |
| Administração Pública | 41,3 | 58,7 | | 0,7 |
| Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca | 85,7 | 14,3 | | 6 |

**Fonte:** Elaborado a partir dos dados da RAIS (2020).

A sociedade tem passado por transformações, sejam tecnológicas e sociais, como é o caso das famílias, onde era costume apenas o homem trabalhar e prover o sustento pessoal e de seus dependentes, dentre eles a mulher. Com o passar dos tempos, com as mudanças na estrutura familiar, houve o aumento das necessidades econômicas ou de realização profissional, inserindo as mulheres no mercado de trabalho e buscarem espaço (BEN FINE et al., 2001; SCHILD, 2007; JENSON, 2009).

Contudo, o mercado de trabalho para as mulheres é marcado por desafios e precarização. A estrutura capitalista, motivou a divisão sexual do trabalho, ampliando a competição dos trabalhadores, diminuindo significativamente os salários em virtude da chegada da força feminina ao mercado. Isto favoreceu a incorporação das mulheres à classe trabalhadora com salários reduzidos. Tendo em vista que a discriminação por sexo, ao qual restringe o acesso das mulheres em determinados postos de trabalho, resulta em uma concentração de mulheres, em ocupações consideradas “femininas”, aumentando a oferta da disponibilidade da força de trabalho, influenciando a redução dos salários pagos nestas ocupações. Com a persistência desta condição, há como consequência uma segregação ocupacional por sexo no mercado de trabalho, institucionalizada por normas e práticas sociais contemporâneas (NOGUEIRA, 2010; TEIXEIRA, 2017).

Específico aos postos de trabalho ocupados por mulheres brasileiras, a partir da Tabela 2, pode-se observar que a grande maioria do emprego formal, independente da carga horária semanal, está localizado na mesorregião, Centro-Norte. Com relação as mulheres não brasileiras, há diferenças, conforme a carga horária semanal. Até 12 horas, a maioria do emprego formal está localizado na mesorregião Leste, para as cargas horárias, 16 a 20 horas, 21 a 30 horas e 31 a 40 horas, a mesorregião Centro-Norte concentra a maioria dos empregos formais. Com relação a carga horária semanal 41 a 44 horas, a maioria dos empregos ocupados por mulheres brasileiras, localiza-se na mesorregião Sudoeste.

A identificação da mesorregião Centro-Norte, como destaque na ocupação dos empregos formais, por mulheres brasileiras ou não, pode ser justificada, tendo em vista, fazer parte desta região a capital do estado – Campo Grande. Esta localidade tem a maior aglomeração populacional. De modo geral, identificou-se que dentre as vagas de emprego formal, ocupadas por mulheres no estado de Mato Grosso do Sul, 99,39% foram ocupadas por brasileiras e 0,61% por mulheres estrangeiras. Em ambos os casos, a carga horária com maior ocupação de mulheres, refere-se a 41 a 44 horas de trabalho semanal. Este quantitativo refere-se a carga horária máxima de jornada de trabalho, permitida por lei. Contudo, ressalva-se que muitas destas mulheres podem desempenhar uma rotina de trabalho maior, relacionada aos cuidados domésticos e ainda dos filhos.

**Tabela 2**: Percentual de mulheres trabalhadoras (brasileiras e não brasileiras) por mesorregião do estado de Mato Grosso do Sul – 2020 – horas de trabalho semanal

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Horas de Trabalho Semanal (% de mulheres)** | | | | | | | | | | |
| **Brasileira** | | | | | | **Não Brasileiras** | | | | |
| **Mesorregiões** | **Até 12** | **16 a 20** | **21 a 30** | **31 a 40** | **41 a 44** | **Até 12** | **16 a 20** | **21 a 30** | **31 a 40** | **41 a 44** |
| **Pantanal** | 2,9 | 3,9 | 2,9 | 4,1 | 4,7 | 0,0 | 8,7 | 2,4 | 3,5 | 2,7 |
| **Centro-Norte** | 60,1 | 65,7 | 49,4 | 63,0 | 45,8 | 22,9 | 47,8 | 63,4 | 64,9 | 29,0 |
| **Leste** | 12,2 | 8,7 | 13,8 | 13,1 | 18,6 | 42,9 | 8,7 | 4,9 | 10,5 | 6,7 |
| **Sudoeste** | 24,8 | 21,7 | 34,0 | 19,7 | 30,8 | 34,3 | 34,8 | 29,3 | 21,1 | 61,5 |

**Fonte**: Elaborado a partir da RAIS (2020).

Cabe ressaltar a importância do emprego formal para as pessoas, pois esta categoria de emprego, possibilita que as pessoas tenham segurança na geração de sua renda. Na legislação, entre as suas determinações, é abordado que empregadores devem realizar o registro formal dos trabalhadores, na carteira de trabalho. Este registro possibilita aos empregados conforme estabelecido em lei, terem benefícios como: determinação de jornada de trabalho; gozo de férias a cada 12 meses, horas extras, licença maternidade, entre outros (BRASIL, 1943). Contudo, mesmo existindo legislação própria, o mercado de trabalho brasileiro, enfrenta problemas persistentes como a informalidade, que impossibilita aos trabalhadores acessos aos benefícios citados (MENEZES; DEDECCA, 2012; BARBOSA; CORSEUIL, 2014; PEREIRA et al., 2018).

Na Tabela 3, apresenta-se a escolaridade das mulheres trabalhadoras brasileiras ou não. Com relação as mulheres não brasileiras, as regiões Centro-Norte e Leste, apresentam um percentual igual para aquelas que são analfabetas (36,4%). Os maiores percentuais de escolarização referente ao Ensino Fundamental e Médio, estão localizados na região Sudoeste do estado. Além disso, a região Centro-Norte é aquela que concentra o maior percentual de mulheres com Ensino Superior. Podendo indicar que mulheres não brasileiras que atuam no interior do estado, tem uma menor escolaridade, considerando que a Capital se localiza na mesorregião Centro-Norte.

Com relação a escolarização das mulheres brasileiras, atuantes no mercado de trabalho formal, há uma concentração maior que as mulheres estrangeiras, na região Centro-Norte, em todas as etapas de escolarização, com exceção ao Ensino Superior, ao qual os percentuais são próximos. Independente da nacionalidade, a grande maioria das mulheres com Ensino Superior, atuam na mesorregião Centro-Norte, seguido da região Sudoeste. Ambas as regiões possuem atuação das Universidades públicas do estado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade Federal da Grande Dourados e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Esta característica pode facilitar o acesso das pessoas ao Ensino Superior, podendo assim, justificar os percentuais identificados.

Contudo, de modo geral, observa-se que a maioria dos postos de trabalho formal, em Mato Grosso do Sul, ocupados por mulheres, brasileiras ou migrantes, está associado a uma escolarização referente ao Ensino Médio. Cabe considerar que a escolarização, muitas vezes, pode influenciar a remuneração dos trabalhadores. Todavia, ressalva-se que o mercado de trabalho brasileiro, é caracterizado por profundas desigualdades. A mulher continua em desvantagem em relação ao gênero masculino, apesar de apresentar muitas vezes, escolaridade relativamente superior. Isto ocorre, porque a inclusão da mulher no mercado de trabalho vem sendo acompanhada, por discriminação estrutural (PINHEIRO et al., 2008). É notável a discrepância de rendimentos e alocação da mão de obra. O estudo sobre a determinação e diferenciação de salários tem se mostrado relevante para economistas e formuladores de políticas em geral, pois permite conhecer as diferentes realidades brasileiras (ARBACHE; DE NEGRI, 2002).

**Tabela 3**: Percentual de mulheres trabalhadoras (brasileiras e não brasileiras) por mesorregião do estado de Mato Grosso do Sul – 2020 - Escolaridade

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Escolaridade (% de mulheres trabalhadoras)** | | | | | | | | |
| **Não Brasileiras** | | | | | **Brasileira** | | | |
| **Mesorregiões** | **Analfabeto** | **Ens. Fund.** | **Ens. Médio** | **Ens. Superior** | **Analfabeto** | **Ens. Fund.** | **Ens. Médio** | **Ens. Superior** |
| **Pantanal** | 0,0 | 4,3 | 2,2 | 5,3 | 4,5 | 6,1 | 4,5 | 3,5 |
| **Centro-Norte** | 36,4 | 22,2 | 38,3 | 61,2 | 52,6 | 44,9 | 51,2 | 61,5 |
| **Leste** | 36,4 | 5,6 | 12,8 | 4,8 | 19,3 | 17,9 | 16,5 | 11,8 |
| **Sudoeste** | 27,3 | 67,9 | 46,8 | 28,6 | 23,6 | 31,1 | 27,7 | 23,2 |

**Fonte**: Elaborado a partir da RAIS (2020).

Foi ainda identificada a faixa etária das trabalhadoras em Mato Grosso do Sul (Tabela 4). Identificou-se que em 2020, mulheres brasileiras entre 10 e 14 anos, ocuparam vagas de emprego formal, na maioria das regiões, a exceção é a mesorregião Pantanal. Entre as brasileiras, o maior quantitativo de empregos está ocupado por mulheres que possuem entre 30 a 39 anos (30,5%), contudo é expressivo o quantitativo de mulheres que ocupam as vagas de emprego e possuem entre 40 e 49 anos (25%). Podem ser consideradas menores participações no mercado de trabalho formal as faixas etárias entre 10 a 14 anos (0,009%), 15 a 17 anos (0,68%) e 65 anos ou mais (0,94%).

Com relação as mulheres não brasileiras, a ocupação de vagas inicia-se na faixa etária entre 15 e 17 anos, um pouco mais tarde que a anterior. Havendo destaque para a região Sudoeste, nos percentuais por idade. O comportamento, dos empregos formais observados para as mulheres brasileiras se repete, com relação a faixa etária de 30 a 39 anos para mulheres não brasileiras. Porém, as demais faixas etárias, tem quantitativos próximos (18 a 24 anos – 18%; 25 a 29 anos – 19,8% e 40 a 49 anos – 17%). Podem ser consideradas menores participação no mercado de trabalho formal as faixas etárias, entre 15 a 17 anos (0,24%) e 65 anos ou mais (0,60%).

**Tabela 4**: Percentual de mulheres trabalhadoras (brasileiras e não brasileiras) por mesorregião do estado de Mato Grosso do Sul – 2020 – Faixa etária

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Brasileiras** | | | | | | | | | **Não Brasileiras** | | | | | | |
| **Mesorregiões** | **10 a 14** | **15 a 17** | **18 a 24** | **25 a 29** | **30 a 39** | **40 a 49** | **50 a 64** | **65 ou +** | **15 a 17** | **18 a 24** | **25 a 29** | **30 a 39** | **40 a 49** | **50 a 64** | **65 ou +** |
| **Pantanal** | 0 | 1,2 | 3,9 | 4,4 | 4,5 | 4,4 | 4,4 | 4,5 | 0 | 2,3 | 2,1 | 2,2 | 3,5 | 6,6 | 10 |
| **Centro-Norte** | 65,4 | 62,1 | 47,7 | 50,1 | 52,3 | 54,0 | 56,6 | 62,2 | 100 | 36,0 | 29,7 | 29,6 | 35,3 | 31,9 | 70 |
| **Leste** | 11,5 | 14,8 | 18,3 | 16,4 | 15,8 | 14,9 | 14,5 | 12,8 | 0 | 5,3 | 10,6 | 9,3 | 5,3 | 4,4 | 0 |
| **Sudoeste** | 23,1 | 21,9 | 30,2 | 29,0 | 27,5 | 26,6 | 24,4 | 20,5 | 0 | 56,3 | 57,6 | 59 | 55,8 | 57,1 | 20 |

**Fonte**: Elaborado a partir da RAIS (2020).

De modo geral, as vagas ocupadas no mercado de trabalho formal por estrangeiros, tem sido de 70% para homens e 30% para mulheres. Em relação ao contexto global, os fluxos migratórios femininos, têm sido ampliados e, neste sentido, o Brasil, tem ido na contramão deste processo (CAVALCANTI, 2015). Solé et al. (2011), evidenciam que as mulheres sempre atuaram como protagonistas no processo de decisão e migração, contudo agora percebe-se a existência de um maior número de estudos direcionados a este público. Devido a dificuldades de acesso ao trabalho formal, estudos indicam que, as mulheres migrantes acabam por ocupar espaços relacionados aos empregos informais, como limpeza e cuidados com crianças e idosos (BOYD, 1989; PARELLA, 2003).

Além disso, observa-se que as mulheres não representam um grupo homogêneo de trabalhadoras. Os números do trabalho feminino desagregados por cor, indicam diferenças na entrada do mercado de trabalho formal de mulheres brancas e negras. As mulheres negras tem mais dificuldades em ter acesso ao emprego formal, contudo no decorrer da década de 2010, observou-se um aumento no acesso, se comparado a década anterior (TEIXEIRA, 2017). Além disso, tem-se observado que as mulheres negras, são também aquelas, que permanecem mais tempo desempregadas, sendo esta outra desigualdade observada (PINHEIRO et al., 2016). Porém, esta questão não será abordada neste estudo.

Com relação à remuneração, a Tabela 5 aborda os percentuais correspondentes a cada faixa de remuneração média em Salários Mínimos (SM), disponível na RAIS. Com exceção a faixa 4,01 a 5,00, ao qual, não há registros de mulheres não brasileiras, todas as outras remunerações estão presentes as mulheres brasileiras e migrantes.Contudo, pode-se observar ainda, que os maiores percentuais referentes as mulheres migrantes, estão apresentados nas menores faixas salariais (em destaque).

**Tabela 5**: Percentual de empregos (brasileiras e não brasileiras) por Faixa de Remuneração Média SM - 2020

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Faixa de Remuneração Média - SM** | **Não brasileira (%)** | **Brasileira (%)** |
| **Até 0,50** | 0,8 | 99,2 |
| **0,51 a 1,00** | 1,0 | 99,0 |
| **1,01 a 1,50** | 1,1 | 98,9 |
| **1,51 a 2,00** | 0,5 | 99,5 |
| **2,01 a 3,00** | 0,1 | 99,9 |
| **3,01 a 4,00** | 0,2 | 99,8 |
| **4,01 a 5,00** | 0,0 | 100,0 |
| **5,01 a 7,00** | 0,2 | 99,8 |
| **7,01 a 10,00** | 0,3 | 99,7 |
| **10,01 a 15,00** | 0,3 | 99,7 |
| **15,01 a 20,00** | 0,5 | 99,5 |
| **Mais de 20,00** | 0,3 | 99,7 |

**Fonte**: Elaborado a partir da RAIS (2020).

A discriminação salarial relacionada aos migrantes, se comparada aos nativos é outro problema encontrado no mercado de trabalho brasileiro (MALACOSKI et al. 2019). Denota-se que o processo migratório no Brasil é significativo para o desenvolvimento do país, pois, os locais que recebem estes migrantes tornam-se espaços de absorção, possibilitando a ampliação das regiões, principalmente quando se observa a interiorização do país (BAENINGER, 2015). A opção do migrante por locais com menor população, está associada a concorrência pelos postos de trabalho identificada nos grandes centros urbanos. Além disso, o adensamento populacional, principalmente das cidades médias, está relacionado a compreensão destes locais, como dinâmicos, com oportunidades de trabalho, com menores custos para a sobrevivência das pessoas, se comparado aos locais com grandes aglomerações e ainda menores transtornos para o deslocamento e segurança (BRITO; CARVALHO, 2006; LIMA, 2013; LIMA et al., 2016).

Essa remuneração também pode ser identificada por mesorregião (Tabela 6) ao qual vai indicar a concentração percentual, na mesorregião Centro-Norte. Além disso, está em destaque por mesorregião, os maiores percentuais por faixas salariais médias correspondentes. Na mesorregião Pantanal, para brasileiras destaca-se a faixa média salarial de 1,01 a 1,5 (5,4% dos empregos formais classificados nesta faixa), enquanto para mulheres migrantes de 4,01 a 5 SM (16,7% dos empregos formais classificados nesta faixa). Na mesorregião Centro-Norte, para brasileiras destaca-se a faixa média salarial de mais de 20 SM (89,6% dos empregos formais classificados nesta faixa), enquanto para mulheres migrantes de 5,01 a 7 SM (81% dos empregos formais classificados nesta faixa).

Na mesorregião Leste, para brasileiras destaca-se a faixa média salarial de 1,01 a 1,5 SM (17,8% dos empregos formais classificados nesta faixa), enquanto para mulheres migrantes na mesma faixa (9,2% dos empregos formais classificados nesta faixa). E por fim, na mesorregião Sudoeste, para brasileiras destaca-se duas faixas médias salariais de 1,01 a 1,5 e 2,01 a 3 SM (29,8% dos empregos formais classificados nestas faixas), enquanto para mulheres migrantes de 1,01 a 1,5 SM (63% dos empregos formais classificados nesta faixa).

**Tabela 6**: Percentual de mulheres trabalhadoras (brasileiras e não brasileiras) por mesorregião do estado de Mato Grosso do Sul – 2020 – Faixa de Remuneração Média SM

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Mulheres** | **Faixa de Remuneração Média - SM** | **Mesorregiões** | | | |
| **Pantanal** | **Centro-Norte** | **Leste** | **Sudoeste** |
| Brasileira | Até 0,5 | 2,7 | 58,7 | 14,8 | 23,9 |
| Migrante | 0,0 | 44,0 | 4,0 | 52,0 |
| Brasileira | 0,51 a 1 | 4,9 | 50,3 | 17,4 | 27,4 |
| Migrante | 3,1 | 35,2 | 7,0 | 54,7 |
| Brasileira | 1,01 a 1,5 | 5,4 | 47,0 | 17,8 | 29,8 |
| Migrante | 2,2 | 25,5 | 9,2 | 63,0 |
| Brasileira | 1,5 a 2 | 4,5 | 49,7 | 17,2 | 28,7 |
| Migrante | 3,9 | 32,5 | 6,3 | 57,3 |
| Brasileira | 2,01 a 3 | 3,8 | 50,3 | 16,1 | 29,8 |
| Migrante | 7,3 | 58,2 | 1,8 | 32,7 |
| Brasileira | 3,01 a 4 | 3,4 | 56,2 | 14,1 | 26,3 |
| Migrante | 5,7 | 71,4 | 5,7 | 17,1 |
| Brasileira | 4,01 a 5 | 3,3 | 66,7 | 10,9 | 19,1 |
| Migrante | 16,7 | 50,0 | 0,0 | 33,3 |
| Brasileira | 5,01 a 7 | 2,5 | 69,9 | 9,2 | 18,3 |
| Migrante | 0,0 | 81,0 | 0,0 | 19,0 |
| Brasileira | 7,01 a 10 | 1,8 | 68,8 | 9,0 | 20,4 |
| Migrante | 4,0 | 72,0 | 0,0 | 24,0 |
| Brasileira | 10,01 a 15 | 1,9 | 79,5 | 5,7 | 12,8 |
| Migrante | 7,7 | 61,5 | 7,7 | 23,1 |
| Brasileira | 15,01 a 20 | 2,0 | 82,1 | 4,5 | 11,4 |
| Migrante | 0,0 | 50,0 | 0,0 | 50,0 |
| Brasileira | Mais de 20 | 2,3 | 89,6 | 2,3 | 5,8 |
| Migrante | 0,0 | 75,0 | 0,0 | 25,0 |

**Fonte**: Elaborado a partir da RAIS (2020).

O trabalho formal é uma atividade profissional regulamentada pelo Estado, oficializada pela CLT (Consolidação das leis de trabalho), onde os trabalhadores com carteira assinada dispõem de proteção e estão amparados pelas leis trabalhistas (BRASIL, 1943). No trabalho informal, os profissionais não possuem esse vínculo com a empresa, oficializado pela carteira de trabalho assinada. Sendo assim, os trabalhadores de modo geral, não estão amparados pelos benefícios trabalhistas, tais como férias, décimo terceiro salário, aposentadoria, fundo de garantia do tempo de serviço (FGTS), seguro desemprego, dentre outros (BENDASSOLLI; LIMA, 2015). Tavares (2002) considera que o trabalho informal é parte de um processo produtivo capitalista ao qual, está associado aos processos recentes de terceirização. Para a autora os mecanismos de flexibilização propiciam ao capital transformar relações formais, em informais, o que ocasiona a deslocalização do trabalho, que em consequência agrava a situação do trabalhador, tendo em vista, a falta de seguridade ocasionada pelas atividades laborais informais.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste artigo foi analisar o emprego formal ocupado por mulheres migrantes internacionais residentes em Mato Grosso do Sul. Identificou-se que de modo geral, grande parte dos empregos formais ocupados por mulheres em Mato Grosso do Sul, está localizado na mesorregião Centro-Norte, do estado. Tal concentração pode ser negativa para o desenvolvimento do mesmo como um todo, tendo em vista a criação de diferentes características entre as regiões.

Estas diferenças favorecem que existam características como a que foi identificada neste estudo, ou seja, a maioria das mulheres com renda superior a mais 20 salários mínimos, concentram-se principalmente na mesorregião Centro-Norte. No caso de mulheres migrantes, as mesorregiões Pantanal e Leste, não possuem registros de empregos com este perfil. Podendo esta característica auxiliar na compreensão da necessidade de agregar valor nas atividades econômicas realizadas, principalmente no interior do estado, de modo a remunerar melhor a mão de obra empregada.

Como tema para novas pesquisas, recomenda-se que seja feito uma abordagem a nível nacional, comparando os índices entre os estados do país. Sendo um ponto importante destacar em novas pesquisas de onde são os migrantes e além de informar as porcentagens de imigrantes entre cada estado do país.

**REFERÊNCIAS**

BENDASSOLLI, P.; LIMA, F. Psicologia e trabalho informal: a perspectiva dos processos de significação. **Psicologia & Sociedade**, 27(2), 383-393, 2015.

BRASIL. **Decreto n°. 5.452/1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.1943. Disponível em: site. Acesso em: abr 2022.

ARBACHE, J. S.; DE NEGRI, J. A. Diferenciais de salários interindustriais no Brasil: evidências e implicações. Brasília, DF: IPEA, 2002. (Texto para discussão, n. 918).

BARBOSA, A. L. N. H.; CORSEUIL, C. H. L. Conditional cash transfer and informality in Brazil. IZA **Journal of Labor & Development**, v. 37, n. 3, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, 1943. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: mar. 2022.

BRITO, F.; CARVALHO, J. A. M. As migrações internas no Brasil e as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias estratégicas Brasília**, 22, 441-455, 2006.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; TONHATI, T. A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Cadernos OBMigra**, Ed. Especial, Brasília 2015.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, A. T.; **A caminho da conclusão. Meia década de novos fluxos migratórios no Brasil**. Série Migrações - Ministério do Trabalho, v. 1, p. 142-146, 2016, Brasília 2016.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, W.F. Um panorama da imigração e do refúgio no Brasil. Reflexões à guisa de introdução. In. CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M., **Dimensões da Migração Internacional**: Desigualdades, Formalização no Mercado de trabalho e Status Migratório. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

COTRIM, L.R.; TEIXEIRA, M.O.; PRONI, M.W. **Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil**. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 383, 2020.

FINE, Ben et al. Development policy in the twenty-first century: beyond the post-Washington Consensus. Londres: Routledge, 2001.

GAMA, L. C. D.; MACHADO, A. F. Migração e rendimentos no Brasil: análise dos fatores associados no período intercensitário 2000-2010. **Estudos Avançados: Trabalho, Emprego e Renda**, v. 28, n. 81, p.155-174, 2014.

HERÉDIA, V. **Migrações internas e mercado de trabalho**. In: Fazendo Gênero, 9, Florianópolis. Anais Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1 - 6. 2010.

JENSON, Jane. “Lost of translation: the social investment perspective and gender equality”. Social Politics: international Studies in Gender, State and Society, 2009, v. 16, n. 4, p. 446-483.

LIMA, A. C. C. Desenvolvimento regional e fluxos migratórios no Brasil: uma análise para o período 1980-2010*.* 283fls. **Tese** (Doutorado em Economia) — Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2013.

LIMA. A.C.C; SIMÕES, R.; HERMETO, A.M. **Desenvolvimento regional, hierarquia urbana e condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010. EURE, v. 42, n. 127, 2016.**

MALACOSKI, F. C. F.; FREITAS, C.; STAMM, C.; STADUTO, J. A. R. Discriminação salarial entre nativos e não nativos no estado de São Paulo em 2015. **PUBLICATIO UEPG**, v. 27, p. 339-347, 2019.

MENEZES, W. F.; DEDECCA, C. S. A informalidade no mercado de trabalho brasileiro: rendimento e principais características. **Revista Nexos Econômicos**, v. 6, n. 2, 2012.

NOGUEIRA, C. M. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Autores Associados, 2004.

PEREIRA, R.M.; GALVÃO, M.C.; MAXIR, H.S. Determinantes do emprego secundário e informalidade: evidências adicionais para o mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira Estudos de População**, v.35, n. 3, 2018.

PINHEIRO, L.; FONTOURA, N. O.; QUERINO, A. C.; BONETTI, A.; ROSA, W. Retrato das desigualdades de gênero e raça. Brasília, DF: IPEA, 2008. (Texto para Discussão).

ROSA, M. Sociologias do Sul: ensaio bibliográfico sobre limites e perspectivas de um campo emergente. **Civitas: Revista das Ciências Sociais**, vol. 14, n. 1. p. 43-65, 2014.

SANTIN, V. F. Migração e discriminação de trabalhador. **Argumenta Journal Law**, v. 1, n. 7, p.131-140, 2008.

SCHILD, V. “Empowering ‘consumer-citizens’ or governing poor female subjects? The institutionalization of ‘self-development’ in the Chilean social policy field”. **Journal of Consumer Culture**, n. 7, p. 179-203, 2007.

SVAMPA, MARISTELLA. **Commodities Consensus**: Neoextractivism and Enclosure of the Commons in Latin America. South Atlantic Quarterly. 114. 65-82. 2015.

TAVARES, M. A. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. Disponível em: https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/361633460249798.pdf. Acesso em: 08 mai. 2022.

TEIXEIRA, M. O. Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013. **Tese** (Doutorado)– Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2017.

TONHATI, T.; MACEDO, M. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal (2010-2019). In. Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Macedo, M., **Imigração e Refúgio no Brasil**. Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.